

## **Projeto Político Pedagógico: autonomia e reconhecimento das escolas do/no campo em Sebastião das Laranjeiras/BA**

### **Political Pedagogical Project: autonomy and recognition of rural schools in Sebastião das Laranjeiras, Bahia**

Vilma Aurea Rodrigues<sup>1</sup>, Deise Bastos de Araújo<sup>2</sup>, Arlete Ramos dos Santos<sup>3</sup>

---

#### **RESUMO**

O presente texto é fruto de pesquisa realizada com os Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas do/no campo do município de Sebastião Laranjeiras/BA. A metodologia utilizada foi qualitativo-exploratória, tendo como objetivo analisar as ações, propostas nos PPP que contribuem para a valorização do homem do campo e a afirmação da sua identidade campesina. Em termos de resultados, verificou-se que os PPP apresentam direcionamentos que reconhecem e valorizam o homem campesino como sujeitos socioculturais, que possuem culturas e costumes próprios e almejam uma educação que satisfaça seus anseios e necessidades. Todavia, percebe-se que essas ações ocorrem apenas de forma sazonal, ou seja, acontecem em datas comemorativas pontuais, ao passo que, continuamente, faz-se uso de livros didáticos, seguindo os conteúdos programados e sem adaptações para os contextos das vivências socioculturais dos estudantes. O recurso utilizado pelos professores com predominância é o livro didático, com características homogêneas não condizentes com a variedade de saberes do campesino, o que impõe ao processo de escolarização a linearidade de conceitos e conteúdos sem significado para os sujeitos do campo.

**Palavras-chave:** Projeto Político Pedagógico; Escolas do/no campo; Reconhecimento.

---

#### **ABSTRACT**

This text is result of research carried out with the Political Pedagogical Projects (PPP) of rural schools in the municipality of Sebastião Laranjeiras, Bahia. The methodology used was qualitative-exploratory, aiming to analyze actions proposed in the PPP, which contribute to valorization of rural man and affirmation of his peasant identity. In terms of results, it was found that the PPP present directions that recognize and value the peasant man as sociocultural subjects, who have their own cultures and customs and who aim for an education that satisfies their desires and needs. However, it is clear that those actions only occur seasonally, that is, they happen on specific commemorative dates, while textbooks are continually used, following the programmed contents and without adaptations to contexts of students' sociocultural experiences. The resource used by teachers predominantly is the textbook, with homogeneous characteristics not consistent with the variety of knowledge of peasant, imposing on schooling process, linearity of concepts and contents without meaning for rural individuals.

**Keywords:** Pedagogical Political Project. Schools in the countryside. Recognition.

---

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

\*E-mail: vilmaaurea@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Santa Cruz

<sup>3</sup> Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

## INTRODUÇÃO

A Educação do/no Campo<sup>4</sup>, continuamente, engendra discussões sobre a necessidade de se pensar um currículo atento às subjetividades dos sujeitos que compõem essa modalidade educativa, repleta de especificidades e composta, não somente por diferentes pequenos agricultores, mas também por “quilombolas, indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, boia-fria, e outros grupos mais” (FERNANDES et al., 2002).

Assim, são esses coletivos que no bojo de suas lutas buscam assegurar uma educação básica de qualidade para os seus filhos. Essas lutas foram se tornando cada vez mais intensificadas no decorrer da história, pois, de acordo com Bavaresco e Rauber (2014), o processo agrário impulsionou a educação campesina, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) foi grande aliado nessa conquista do direito à educação para os sujeitos do/no campo.

Nesse sentido, para compreender a educação em contextos camponeses, é importante debruçar sobre análises acerca de sua constituição, enquanto mediadora na formação dos sujeitos do campo. O contexto da classe trabalhadora rural é composto por espaços de vivências, ou seja, “é o espaço de vida do camponês [...] É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de cultura camponesa constrói sua existência” (FERNANDES, 2012, p. 744). Assim, o campo oferece mais que produções advindas da agricultura, agropecuária etc., é, acima de tudo, espaço de produção sociocultural.

Partindo desse pressuposto e levando em consideração que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº. 9394/96, que estabelece no Art. 28 o ensino pautado na observância e aplicação efetiva do respeito à diversidade dos povos do campo, a fim de lhes permitir viver a fase escolar de forma a produzir conhecimento a partir da realidade da comunidade escolar, pode-se dizer também que os próprios

---

<sup>4</sup> Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade do movimento por uma educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja NO e DO campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; do: o povo tem direito a uma educação pensada a partir do seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (FERNANDES et al., 2002, p. 18).

contextos dos sujeitos do campo são as ferramentas que auxiliam e conduzem ao processo de ensino aprendizagem.

Nessa perspectiva, buscamos refletir sobre a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas do/no campo, de Sebastião Laranjeiras/Bahia, na construção identitária de estudantes camponeses e partir da seguinte questão: de que forma os PPP têm priorizado um ensino com vistas à valorização e reconhecimento dos aspectos socioculturais dos povos camponeses?

### **O Projeto Político-Pedagógico (PPP) como campo de autonomia da escola**

A escola sob a égide capitalista vem transformando-se em uma instituição genérica, engessada dentro das várias reformas educacionais com planos e metas. De acordo com Freitas (2019, p. 1099), “a padronização e o controle atingem todas as categorias do processo didático”, tantas vezes, importadas de órgãos internacionais que consolidam a desigualdade educacional e, assim, sublimam a exclusão e o preconceito. No campo de ação da escola, o PPP ainda pode ser concebido como o espaço flexível que consolida a desigualdade educacional e, com isso, favorece a discriminação social. No campo de ação da escola, o PPP ainda pode ser concebido como o espaço flexível que permite à instituição escolar manter determinadas características e autonomia.

Pensar a Educação do Campo dentro da dimensão sociocultural é fortalecer a identidade do homem do campo, é dissipar as relações sociais desiguais, é empoderar sua autonomia e desarticular as manobras capitalistas dominantes. Nesse sentido, é fundamental a construção do Projeto Político Pedagógico da escola que fomente o reconhecimento sociocultural dos camponeses. Para tanto, Veiga (1998, p. 11-35) afirma que “os professores precisam ter clareza sobre as finalidades da escola”. Esta, por sua vez, precisa se questionar e indagar como é perseguida sua finalidade cultural, política e social dos sujeitos. “É necessário decidir, coletivamente, o que se quer reforçar dentro da escola e como detalhar as finalidades para se atingir a almejada cidadania” e reconhecimento (VEIGA, 1998, p. 11-35). Portanto, o PPP é uma importante ferramenta de diálogo e autonomia para as escolas, pois promove a interação entre toda a comunidade escolar, ao passo que, democraticamente, desenvolve o processo de ensino aprendizagem e, dessa forma, atinge a necessidade sociocultural e política dos alunos. Sob esse viés, a

escola pode apropriar-se da pluralidade cultural, respeitando-a, e, sobretudo, valorizando-a, reconhecendo as variadas facetas socioculturais que fazem parte do todo e culminam na formação da identidade escolar. Assim, o Projeto Político Pedagógico, segundo Veiga (1998), é o documento que fornece à escola meios para agir conforme a necessidade dos estudantes, bem como assegura autonomia para as decisões coletivas e democráticas.

E, no que tange a Educação do Campo, este documento, precisa ser alicerçado em traços fundamentais da luta dos povos do campo, assegurando direitos humanos sociais, políticos e culturais, que na escola, a lógica epistêmica do processo de ensino e aprendizagem, seja realizada pelo sujeito do campo, no campo (KOLLING et al, 2007).

### **Caminhos Metodológicos**

A cientificidade de uma pesquisa passa pelo uso de procedimentos e instrumentos idôneos capazes de validá-la. Por essa razão, buscamos como caminho a metodologia qualitativa, usando como procedimento metodológico a pesquisa documental. A fonte para a coleta dos dados foram os Projetos Político Pedagógicos das escolas do/no campo do município de Sebastião das Laranjeiras/BA. Para Denzin e Lincoln (2006), a abordagem qualitativa envolve movimentos que coadunam na interpretação do mundo, o que significa a exploração de situações naturais, buscando compreender os acontecimentos do ponto de vista dos significados a eles atribuídos. Já a pesquisa documental refere a “um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador”, além de ser um instrumento potente para análise de fenômenos sociais (CELLARD, 2008, p. 295). Por fim, cabe destacar que a pesquisa documental é realizada a partir de documentos, contemporâneos ou antigos, de procedência autêntica, podendo ser de fontes escritas ou não. Tais documentos são constituídos de informações que servem de base para desvelar questões levantadas de acordo com o interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007). O município de Sebastião Laranjeiras/BA conta com dezoito escolas campesinas, sendo que quatro delas estão inseridas em áreas urbanas e quatorze em áreas rurais, somando 18 escolas que contam com setenta e um (71) docentes envolvidos na educação dos sujeitos. Verificamos que as unidades das áreas urbanas possuem PPP individuais, bem como equipes diretivas (diretor, vice-diretor e

coordenador pedagógico) em cada uma delas. Já as escolas situadas nas áreas rurais, estas possuem PPP único e uma equipe diretiva para todas as unidades. Nesse sentido, foi feita a leitura e análise de todos os referidos projetos das escolas municipais que atendem, em sua maioria, alunos camponeses. Dentro da análise documental, optamos também por verificar a familiaridade dos documentos com a educação camponesa, buscando termos como campo, camponês e rural. Tais termos, precisam ser analisados cuidadosamente, no intuito de compreender suas definições omnilaterais, pois, para Santos e Nunes (2020), a Educação do Campo não deve limitar-se a uma definição de planejamento de modo verticalizado, mas elaborado com o povo camponês, para o povo camponês, em prol da emancipação e implementação de diretrizes que rompam com a teoria do sociometabolismo do capital.

Para além da concepção tendenciosa entre campo e rural, é preciso também, romper com o dualismo antagônico entre o universo rural e urbano, em que os adjetivos subalternos, como sociedade arcaica e miserável, são remetidos ao rural, enquanto à cidade, são atribuídos pelo imaginário social o reduto do moderno, cultural e do progresso (SANTOS; BARBOSA, 2022). Neste pressuposto, no ano de 2021, o gestor municipal de Sebastião Laranjeiras fez adesão ao Programa Formacampo, o qual teve como proposta central “realizar atividades de extensão, por meio da formação continuada dos profissionais que atuam na educação do campo” (SANTOS, 2022, p. 3). Com isto, os docentes participantes, puderam, pela primeira vez, ter acesso a materiais teórico-metodológicos específicos para a Educação do Campo, valendo destacar, dentre os conteúdos dialogados, o de maior relevância para a escola do campo, foi a reestruturação dos PPP, na perspectiva de (re) construção de uma educação com base nos contextos das vivências dos sujeitos camponeses.

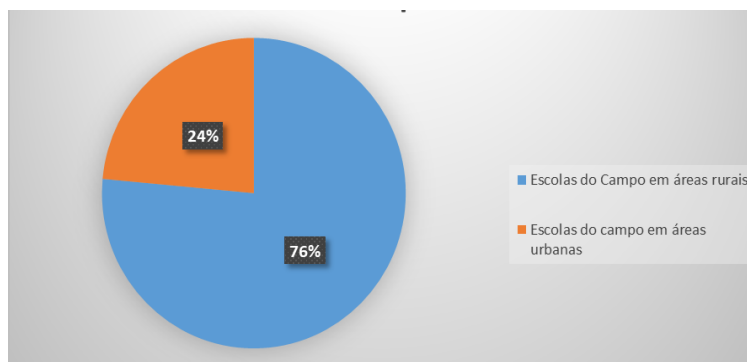
Este processo de reestruturação, perpassa por propostas diversificadas de encontros síncronos e atividades assíncronas, com aporte teórico de autores críticos, que discutem a formação de professores e a educação dos municípios participantes (SANTOS, 2022), possibilitando estudos, pesquisas e atividades extensionistas, que demandam tempo e reflexões aprofundadas, que se aproximam da realidade local e global. E, para o município de Sebastião Laranjeiras, o desafio de concluir todas as propostas do Programa, estende-se para o ano de 2022.

## II. O PPP como caminho para a autonomia e reconhecimento das escolas do/no campo em Sebastião das Laranjeiras/BA: Pontos e Contrapontos

É importante destacar que as leituras dos PPP das escolas do/no campo de Sebastião Laranjeiras já levam nosso entendimento para duas realidades muito diferenciadas. Os documentos das escolas do campo situadas em áreas urbanas são individualizados e tratam de questões relacionadas aos anos de escolaridade unificados, ou seja, as turmas são compostas por alunos que cursam a mesma série/ano, ao passo que as quatorze escolas do campo, situadas em áreas rurais, possuem apenas um PPP para todas as unidades de ensino, cujas turmas são multisseriadas, organização de ensino esta muito presente em escolas do território baiano, pela amplitude rural do estado, que caracteriza-se pela junção de grupos escolares de diferentes faixas etárias e etapas escolares, pelo quantitativo reduzido de alunos para a organização de uma turma regular e que, muitas vezes são administrados, na unidade escolar, por um único professor (DIAS et al, 2020). O comum entre as duas situações é que todas lidam diretamente com educandos do campo, contudo, as propostas de currículo direcionadas a esse público é muito incipiente. Assim, partimos do pressuposto de que a escola do/no campo, independente de turmas multisseriadas ou não, precisa colocar-se como modelo contra-hegemônico, que se afirma numa perspectiva educacional diferenciada, cujo principal objetivo não seja a reprodução do capital, mas, antes, o fortalecimento das especificidades socioculturais e ambientais do campo. Nesse sentido, o PPP precisa atender as necessidades, desejos e particularidades dos trabalhadores e trabalhadoras do campo (CALDART, 2002).

Nota-se que, das 18 (dezoito) escolas que atendem os sujeitos do/no campo, 24% encontram-se em áreas consideradas urbanas pelo IBGE e pela administração pública. Os estudantes dessas unidades de ensino são moradores do perímetro considerado urbano e também discentes que moram em comunidades rurais próximas.

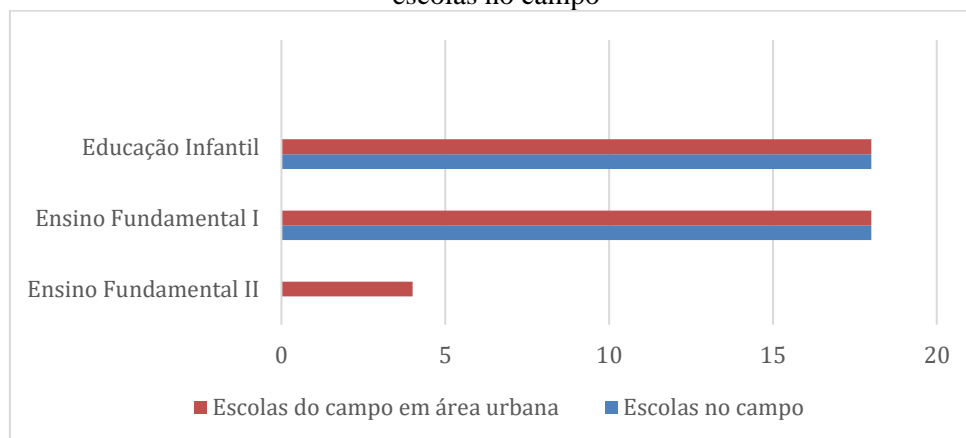
**Gráfico 1:** Porcentagem de escolas do campo em áreas rurais e escolas do campo em áreas urbanas



Fonte: Projeto Político-Pedagógico das escolas do/no Campo de Sebastião Laranjeiras (2020).

Contudo, é importante destacar que, ainda que a escola seja situada distante da sede, mas em área urbana, todos os alunos possuem laços com o campo. Isso, porque suas vivências, costumes, atividade econômica e de subsistência caracterizam o que está subjacente à identidade campesina.

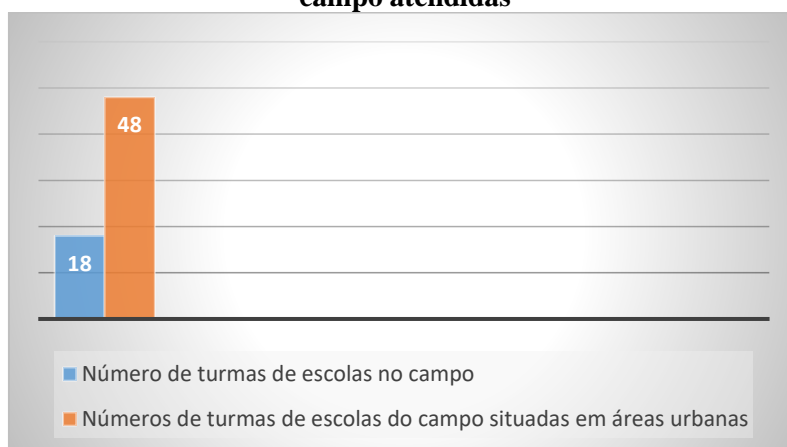
**Gráfico 2:** Panorama dos segmentos atendidos pelas escolas do campo em áreas urbanas e escolas no campo



Fonte: Projeto Político-Pedagógico das escolas do/no Campo de Sebastião Laranjeiras (2020).

Percebe-se que todas as unidades das escolas situadas no campo atendem a alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, ao passo que apenas as escolas do campo situadas em áreas urbanas assistem os estudantes do Ensino Fundamental II. Esse evento ocorre porque as escolas situadas em áreas rurais são multisseriadas, e há a necessidade de os alunos migrarem para as escolas maiores e mais próximas de suas residências, que são aquelas situadas distante da sede administrativa do município, mas pertencentes a áreas urbanas. Abaixo, segue o gráfico das turmas de alunos campesinos atendidas pelo município:

**Gráfico 3: Números de turmas de escolas do campo situadas em áreas urbanas e escolas no campo atendidas**



Fonte: Projeto Político-Pedagógico das escolas do/no Campo de Sebastião Laranjeiras (2020).

Note-se que nas 14 (quatorze) escolas situadas em áreas rurais encontram-se 18 (dezoito) turmas multisseriadas. São escolas que possuem uma sala de aula com alunos de todas as idades e séries, com exceção de uma escola que possui quatro salas de aulas, todas multisseriadas.

Assim, as 18(dezoito) turmas de classes multisseriadas são geridas por um único documento, que, dentro de suas especificidades, busca atender a todas as unidades de ensino. Segundo o PPP dessas turmas, "a educação local conta com a participação da sociedade que se envolve, interagindo nas atividades comemorativas realizadas" (SEBASTIÃO LARANJEIRAS, 2020, p. 7). Notamos nesse caso que as vivências socioculturais dos estudantes são inseridas no contexto da sala de aula, em momentos específicos das datas comemorativas.

É importante destacar que "[...] pensar a escola do campo é não reduzir a questão aos limites da escola, mas considerar os diversos espaços e formas de educação" (PIRES, 2012, p. 109). Nessa perspectiva, o maior desafio dessas escolas do campo é promover possibilidades de articular a produção do conhecimento em concomitância com a realidade dos estudantes, estabelecendo relações entre suas vivências, culturas e saberes necessários em cada ciclo de vida.

Em relação aos 4 (quatro) PPP das escolas do campo, situadas em áreas urbanas, no item que diz respeito à contextualização da fundamentação teórica, encontramos argumentos que lembram, ainda que sucintamente, a valorização das vivências socioculturais dos estudantes e autonomia da escola, como consta nos trechos a seguir.



Para entendermos melhor, chamaremos PPP 1, PPP 2, PPP 3 e PPP 4, que correspondem aos quatro PPP das escolas do campo em áreas urbanas: o PPP 1 traz em seu bojo que:

O projeto político-pedagógico é a expressão da cultura da escola com sua (re)criação e desenvolvimento, pois expressa a cultura da escola, impregnada de crenças, valores, significados, modos de pensar e agir das pessoas que participaram da sua elaboração. Assim, o projeto orienta a prática de produzir uma realidade (SEBASTIÃO LARANJEIRAS, 2020, p. 9).

Já o PPP 2, enfatiza que a exigência da construção do Projeto Político-Pedagógico: [...] não se trata apenas de assegurar o cumprimento da legislação vigente, mas, sobretudo, de garantir um momento privilegiado de construção, organização, decisão e autonomia da escola. Por isso, é importante evitar que essa exigência se reduza a mais uma atividade burocrática e formal a ser cumprida (SEBASTIÃO LARANJEIRAS, 2020).

Por sua vez, o PPP 3 diz que o principal objetivo de sua construção é:

Promover uma educação pautada no desenvolvimento integral do indivíduo, formando cidadãos críticos, reflexivos e capazes de transformar a realidade a qual estão inseridas, além de proporcionar momentos de interação entre a comunidade escolar e local, para, então, assim, a escola cumprir com a função que a ela compete (SEBASTIÃO LARANJEIRAS, 2020).

Não diferente, o PPP 4 (2020) faz tímida menção à inserção sociocultural dos sujeitos camponeses no documento que norteia toda a ação pedagógica, pontuando a formação integral dos estudantes em conformidade com a realidade local onde vivem. É importante ressaltar que Veiga (2002) afirma que o PPP é o produto de um coletivo que define as finalidades e ações da escola, para que sejam atendidas as reais necessidades dos sujeitos. Assim, as escolas do/no campo devem se apropriar do conhecimento reflexivo e dialogado com os pares sobre o que priorizar em seus currículos, bem como a maneira como o estudante será inserido nele.

Dispostas as informações sobre as unidades de ensino e o meio em que estão inseridas e para melhor assimilação e compreensão da proposta pedagógica inserida nos PPP das escolas camponesas em questão, buscamos nos textos dos cinco documentos analisados termos referentes à educação no campo, a saber: campo, camponês/a e rural.

No PPP comum às quatro escolas rurais, observamos a ocorrência do termo “campo” vinte e uma vezes; de camponês três vezes; e de rural, cinco vezes.

A ocorrência do termo “campo” surge ao longo do texto como forma de caracterização do contexto da escola e dos sujeitos nele inseridos, como é possível observar quando se descrevem os segmentos oferecidos: “As escolas do campo atendem

alunos de educação infantil (pré-escola) e do ensino fundamental (1º ano ao 5º ano), no turno diurno” (SEBASTIÃO LARANJEIRAS, 2020, p. 14).

Já o termo rural surge quatro vezes, com o objetivo de demarcar o contexto histórico da escola situada no meio rural, bem como os problemas encontrados pela equipe de profissionais para trabalhar nessas localidades, e uma única vez nos objetivos, quais sejam: “Elaborar e executar projetos contextualizados com o modo de vida rural” (SEBASTIÃO LARANJEIRAS, 2020, p. 16). O termo campesino aparece no texto como sinônimo de homem do campo, dentro da missão e objetivo da escola.

Nos PPP das escolas campesinas situadas no meio urbano<sup>5</sup>, embora a comunidade seja composta por sujeitos imersos na cultura do campo, os termos investigados não foram encontrados, no sentido de educação campesina; quando localizados, referiam-se aos componentes curriculares de Geografia e História específicos, nos temas comuns ao currículo da educação básica, não aparecendo no corpo do texto do PPP.

A investigação dos PPP nos conduziu ao questionamento sobre de que forma esse documento tem priorizado o ensino com vistas à valorização e reconhecimento dos aspectos socioculturais e ambientais dos povos campesinos. Para tanto, detalhamos os seguintes aspectos para discussão: finalidades das escolas; propostas pedagógicas das escolas; o currículo que embasa as ações educativas e, por fim, o planejamento das ações.

As finalidades da escola precisam ser definidas em coletivo, e os professores devem ter clareza e domínio desse ponto (VEIGA, 2002), uma vez que a valorização dos sujeitos do campo, bem como as ações que garantam o reconhecimento identitário precisam estar inseridas nos PPP.

As escolas do campo de Sebastião Laranjeiras (que se encontram em áreas urbanas) têm em seus PPP, finalidades comuns entre eles. Destacamos as seguintes:

I – A formação integral do educando, procurando desenvolver as competências básicas de falar, escrever e interpretar. Estimular o desenvolvimento de capacidades científicas e tecnológicas para poder competir no mercado de trabalho e na formação de um cidadão crítico, criativo e que vivencie valores morais e éticos. II – Os Princípios de liberdade, solidariedade humana e respeito ao indivíduo, as diferenças e as individualidades de cada um contribuindo na formação de um cidadão consciente, organizado e participativo no processo de

---

<sup>5</sup> As escolas campesinas situadas no perímetro urbano, Caminho do Saber, Orlando Laranjeiras, Manoel da Nóbrega, Ministro Prisco Viana, distam, respectivamente, 9km, 12km, 30km e 32 km da sede do município e atendem prioritariamente sujeitos campesinos.

construção político – social e cultural da sociedade contemporânea (SEBASTIÃO LARANJEIRAS, 2020, p. 10).

Notamos que as escolas se preocupam com a formação integral dos sujeitos do campo, mas tratam a questão de forma genérica ao deixarem de fora de suas finalidades o reconhecimento e afirmação identitária dos camponeses. Isto pois, a educação precisa pautar-se na emancipação humana, que mesmo diante dos paradoxos sociais existentes, no contexto brasileiro, especialmente no real cenário necropolítico, formar integralmente o sujeito, requer a priori a democratização da educação, superando a democracia formal pela democracia real (SAVIANI, 2017).

O trecho a seguir é representativo daquilo que consideramos como preocupações fundamentais quando falamos em escolas do campo. No que tange à compreensão teórica, escola do/no campo é:

aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social, econômico e igualitário desta população (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2004, p. 53).

Nesse sentido, é certo que o reconhecimento e a autonomia dos trabalhadores começam a partir do momento em que a escola enxerga-os como os protagonistas de suas ações. É notório que, historicamente, os sujeitos do campo sofreram e sofrem até hoje com a descrença acerca de seu potencial e com os rótulos de que a Educação do Campo é ineficiente e fraca e está fadada a isso em toda a sua existência; mito que deve ser quebrado pela resistência, pela formação adequada do professor e pela incansável luta dos movimentos sociais para a conquista de uma Educação do Campo de qualidade, pautada no respeito e reconhecimento de seus saberes, suas culturas e seu meio de produção da vida.

O Projeto Político Pedagógico das escolas situadas no campo, que, como vimos, possuem um documento para todas as quatorze escolas, traz em seu bojo as seguintes finalidades:

[...] assegurar o sucesso da aprendizagem dos alunos e sua permanência na escola de forma prazerosa e de qualidade para todos; assegurar a realidade ao currículo escolar da escola do campo; buscar a integração comunidade e escola; valorizar a escola no meio camponês (PPP4, 2020, p. 16).

De forma geral, tanto nas escolas situadas no campo quanto nas localizadas nas áreas urbanas, nota-se que suas finalidades necessitam de maiores entendimentos sobre o propósito das escolas do/no campo, para que, de fato, forneçam meios para a autonomia e reconhecimento identitário desses sujeitos. É preciso ultrapassar os muros da cultura hegemônica, que destaca os valores e os saberes do campo como ultrapassados, sem valor, e, por essa razão, o modelo de educação básica urbana acaba se fazendo tão presente nas escolas do/no campo, de forma, muitas vezes, imposta (ARROYO, 2004). Em suma, as finalidades da escola precisam fugir das influências urbanas e dialogar com as reais necessidades, interesses e desejos dos sujeitos camponeses, a fim de fortalecer sua cultura e modo de vida.

A Educação do Campo está para além do sentido apenas educacional, ela é também forma de resistência, visto que foi conquistada por meio de lutas e mobilizações da classe trabalhadora. Nesse viés, é importante que sua missão seja voltada para o reconhecimento e a valorização da identidade do sujeito do campo, com ensino pautado na formação dos sujeitos dentro de sua realidade, atendendo às suas necessidades (SANTOS; VINHA, 2018). A missão da escola precisa estar clara no Projeto Político Pedagógico da escola, pois dela partirá o que deve ser executado, promovido no ambiente escolar.

Nos PPP das escolas do campo localizadas no perímetro urbano de Sebastião Laranjeiras, cada um deles à sua forma, prioriza o atendimento ao aluno dentro de suas individualidades, fortalecendo sua condição de ser crítico para atuar na sociedade, contudo, apenas uma das quatro escolas, enfatizou, para além do já citado, questões que envolvem o meio ambiente e valores humanos, como consta a seguir:

[...] atender cada aluno na sua individualidade, oportunizando bases para seu desenvolvimento cognitivo-afetivo-físico-social; proporcionar uma educação reflexiva e significativa para formar cidadãos competentes para atuar em sociedade; agir com responsabilidade social e ambiental, gerando valores para nossos alunos, familiares e colaboradores (PPP1, 2020, p. 33).

Numa linha um pouco menos detalhada, o PPP das escolas do campo, localizadas no perímetro rural, evidencia que:

[...] as escolas Rurais têm por missão assegurar um ensino de qualidade, contribuir para a melhoria das condições educacionais, formar cidadãos de bem, conscientes dos seus direitos e deveres, que saibam interagir no meio social, com capacidade para construir conhecimentos e valores, no que se refere à formação do caráter e desenvolvimento de conceitos éticos e políticos (PPP4, 2020, p. 15).

Ambas as realidades evidenciam a formação integral dos indivíduos, a fim de prepará-los para a atuação na sociedade. Contudo, essa preparação precisa perpassar as questões fundamentais aos estudantes camponeses, visto que o reconhecimento dos povos envolvidos torna a produção do saber imbricada de sentidos, além de fortalecer o pensamento de que “a busca pela qualidade e por uma educação do campo, que se faça no campo e para o campo”, é sem dúvidas ponto emancipador dos sujeitos camponeses (BAVARESCO; RAUBER, 2014, p. 90).

É certo que nenhuma instituição de ensino caminha sem normativas que a orientem, e o currículo é uma importante e necessária ferramenta de direcionamentos. Nesse sentido, o significado de currículo refere-se “a um curso a ser seguido, a um conteúdo a ser estudado” (PACHECO, 2007, p. 48), enquanto o PPP configura-se como um orientador das práticas pedagógicas. Assim, entendemos que tanto o currículo quanto o PPP devem ser construções coletivas, democráticas e baseadas nas particularidades dos sujeitos atendidos (LIBÂNEO, 2005).

Sendo o currículo e o PPP complementares, percebemos nos PPP analisados, que do ponto de vista teórico, o currículo é entendido como “projeto educativo globalizado, que agrupa a diversidade cultural e desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, para seu desenvolvimento em sociedade” (PPP2, 2020, p. 22) e, do ponto de vista prático, adota a sequência de conteúdos propostos pelos livros didáticos sem adaptações para os interesses e desejos dos sujeitos do campo.

As propostas curriculares dos PPP analisados não evidenciam proposta de Educação do Campo como fortalecimento da cultura camponesa; os temas referentes ao campo são trabalhados de forma pontual em datas comemorativas, como por exemplo em 28 de julho, dia do agricultor<sup>6</sup>, que trabalham questões ligadas à terra, produção e profissão. Além disso, na matriz curricular dessas escolas não possuem em sua parte diversificada, disciplinas que fazem referência às situações próprias do campo.

Diante do exposto, percebemos que a valorização e o reconhecimento dos aspectos socioculturais dos povos camponeses, por meio do processo de ensino e

---

<sup>6</sup> A data, instituída em 1960 pelo então presidente Juscelino Kubitschek, foi criada para comemorar os 100 anos da criação do Ministério da Agricultura, pelo imperador D. Pedro II. Disponível em: <https://blog.chbagro.com.br/dia-do-agricultor-uma-data-que-merece-sercomemorada#:~:text=Estamos%20falando%20do%20dia%20do,Pedro%20II>.

aprendizagem, acabam se perdendo quando a escola não pratica o que, teoricamente, determinou por meio do currículo e do PPP.

Daí a importância do “pensar junto”, do “refletir com”, de construir um “plano” de trabalho conjunto. Um projeto político pedagógico que possa assegurar uma formação de qualidade para os alunos que vêm à instituição educacional em busca de seu “passaporte” para a cidadania. Este PPP, portanto, terá que ser construído coletivamente aglutinando crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo (FERREIRA, 2006, p. 14).

As ações contidas no currículo e no projeto político pedagógico não são imutáveis, devem ser refletidas e podem seguir direções diferenciadas, não são estanques. As reflexões seguem de acordo com cada contexto escolar, com o local das vivências campesinas.

O ato de planejar consiste em organizar, de maneira intencional e prévia, as ações, objetivos, metodologias etc. que irão embasar a prática pedagógica, para garantir que o sentido social da escola não se perca (SAVIANI, 2013).

De acordo com a análise dos documentos das escolas do/no campo de Sebastião Laranjeiras, notamos que as ações que envolvem o planejamento ocorrem *a priori* em planejamento anual, quando são descritas as ações, temas, objetivos, metodologias etc. para o ano, e, posteriormente, a cada quinze dias, reúnem-se, dialogam e destrincham o plano anual em ações que serão aplicadas quinzenalmente, com a presença da coordenação pedagógica, professores e diretores; segue-se assim por todo o ano letivo. Desse modo, afirmam que:

a ação de planejar não pode estar reduzida ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo, mas é um instrumento que orienta os caminhos a serem percorridos em um determinado período. O planejamento deve ser claro, completo e estar de acordo com a realidade, pois através do mesmo podem-se evitar repetições de ações e que alguns conhecimentos essenciais deixem de ser tratados com os educandos. (PPP3, 2020, p. 33)

O planejamento não é algo pronto e acabado, tampouco é limitado a uma metodologia. Contudo, quando se trata de Educação do Campo, é preciso planejar com os sujeitos do campo e não para os sujeitos do campo. Quando os envolvidos são os professores e gestores, sem a presença dos sujeitos atendidos do/no campo, a educação oferecida é construída para e não por sujeitos campesinos; fato que impacta em seu reconhecimento sociocultural e identitário (CALDART, 2012).

## Considerações finais

A Educação do Campo é constantemente desafiada a ser democrática e contemplar uma educação de qualidade que, de fato, abarque ações que fortaleçam a identidade, supram as necessidades e desejos dos sujeitos do campo e os valorizem como produtores de conhecimento.

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento que define, sobretudo, as finalidades da escola. Em se tratando de Educação do/no Campo, saber de que forma o PPP tem priorizado o ensino com vistas à valorização e reconhecimento dos aspectos socioculturais dos povos camponeses é fundamental. Contudo, ao analisar os documentos, conclui-se que, teoricamente, há um direcionamento para que os sujeitos do campo sejam reconhecidos e valorizados dentro de seus costumes, culturas e crenças. Porém, na prática, nota-se, especialmente na parte dos conteúdos programados, que esse reconhecimento e valorização ocorrem em datas específicas, de forma sazonal, com o uso de livros didáticos de escolas urbanas, os quais seguem sem adaptações para os contextos das vivências dos estudantes.

Os dados analisados evidenciaram o interesse dos envolvidos na elaboração do documento com o intuito de adequar e oferecer um ensino de qualidade para os sujeitos do campo, porém, lhes faltam maiores aprofundamentos na literatura específica acerca da educação camponesa e de como ofertá-la com qualidade.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.) **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BAVARESCO, Paulo Ricardo; RAUBER, Vanessa Daiane. **Educação do Campo: uma trajetória de lutas e conquistas**. Unoesc & Ciência – ACHS, Joaçaba, v. 5, n. 1, p. 85-92, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/235124777.pdf>>. Acesso em: 06 de nov. de 2021.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** – LDB, Lei nº 9394/96. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em 06 de nov. de 2021.

- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Roseli Salete Caldart. - 4.ed.-- São Paulo: Expressão Popular, 2012, 448 p.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.
- DE OLIVEIRA, J. F.; LIBÂNEO, J. C.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 2. ed.- São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- DO NASCIMENTTO DIAS, Adlandia; DE SOUZA SENA, Ivânia Paula Freitas; SOUZA, Jaini Pereira Xavier. A organização do trabalho pedagógico em escolas multisseriadas do campo: reflexões e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 5, p. e8201-e8201, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/8201/17673>. Acesso em: 01 de junho de 2022.
- DOS SANTOS, Arlete Ramos; BARBOSA, Lia Pinheiro. Movimentos sociais do campo, práxis política e inclusão em educação: Perspectivas e avanços no Brasil contemporâneo. **Education Policy Analysis Archives**, v. 30, p. 3-3, 2022. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/5974/2761>. Acesso em: 31 de maio de 2022.
- FERNANDES, B. M. Território Camponês. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>> . Acesso em 06 de nov. de 2021
- FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Primeira Conferência Nacional “Por uma educação básica do campo”: texto preparatório. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Especialização em gestão do trabalho pedagógico: supervisão e orientação escolar**. Curitiba: [S/Ed], 2006.
- FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.
- IBGE. **Cidades e estados**: Sebastião Laranjeiras. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=sebasti%C3%A3o+laranjeiras>>. Acesso em 10 de nov. de 2021.
- KOLLING, E. J., CERIOLI, P. R., CALDART, R. S. DO CAMPO, Educação. Por Uma Educação do Campo. **Educação do campo: Campo**, 2007. Disponível em: [4 \(forumeja.org.br\)](http://4.forumeja.org.br). Acesso em: [02 de junho de 2022](#).
- PACHECO, M. M. D. R. **Currículo, interdisciplinaridade e organização dos processos de ensino**. Fundação Hermínio Ometto / Uniararas, 2007.



PIRES, Angela Monteiro. **Educação do campo como direito humano**. São Paulo: Cortez, 2012.

Projeto Político-Pedagógico. **Escolas Rurais. Sebastião Laranjeiras**, BA, 2020.

\_\_\_\_\_. **Escola Municipal Caminho do Saber**. Sebastião Laranjeiras, BA, 2020.

\_\_\_\_\_. **Escola Municipal Manoel da Nóbrega**. Sebastião Laranjeiras, BA, 2020.

\_\_\_\_\_. **Escola Municipal Ministro Prisco Viana**. Sebastião Laranjeiras, BA, 2020.

\_\_\_\_\_. **Escola Municipal Orlando Laranjeira**. Sebastião Laranjeiras, BA, 2020.

SANTOS, Arlete Ramos dos; NUNES, Cláudio Pinto. Reflexões sobre Políticas Públicas Educacionais para o Campo no contexto brasileiro. 2020. Disponível em: [file:///D:/Dados/Downloads/Reflexoes%20sobre%20politicass%20publicas-repositorio-%20\(1\).pdf](file:///D:/Dados/Downloads/Reflexoes%20sobre%20politicass%20publicas-repositorio-%20(1).pdf). Acesso em: 31 de maio de 2022.

SANTOS, Arlete Ramos dos. Relatório técnico Programa de Formação de Educadores do Campo – FORMACAMPO: educação do campo. / Arlete Ramos dos Santos. - Vitória da Conquista, 2022. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2022/04/Relat%C3%B3rio-Formacampo.pdf>. Acesso em: 01 de junho de 2022.

SAVIANI, Dermeval. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 21, p.653-662, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/Q7rcHqS3xNZKzV9MykSG79q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 de junho de 2022.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14. ed. Papirus, 2002.

*Recebido em: 20/05/2022*

*Aprovado em: 25/06/2022*

*Publicado em: 29/06/2022*